

# Um grande livro sobre o racismo (in)existente

Vem aí um livraço. É "Racismo à Brasileira", do professor americano Edward Telles, da Universidade da Califórnia em Los Angeles. Será um demarcador no debate do período pós-bláblá da questão racial brasileira. Ele trata do puro, velho e verdadeiro racismo nacional. Aquele que se disfarçou de "branqueamento" e "democracia racial". Telles localiza na década de 90 o colapso dessas teorias de conveniência e saúda a entrada dos negros no debate. O livro deixa a impressão de que o andar de cima gosta de transformar a questão racial brasileira num eterno seminário em torno da obra de Gilberto Freyre ou de quem quer que seja, desde que os negros fiquem calados. Coisa assim: em 1998, num debate sobre as questões sociais da América Latina realizado em Nova York, um representante do movimento negro nacional disse que o Banco Interamericano de Desenvolvimento deveria investir mais nos afro-brasileiros. Foi repreendido pelo representante oficial de Pindorama na reunião: "Eu acho que você não deveria levantar essa questão. Esse é um problema dos Estados Unidos, que não existe no Brasil". Telles mostra como o andar de cima do Itamaraty ajudou a propagar a idéia da harmonia celestial. Cita o embaixador Celso Amorim, numa reunião em Genebra, em março de 2000: "A essência [do Brasil] como nação se expressa através da afirmativa da mistura étnica e da tolerância". (Em 1999, havia 1.060 diplomatas e, no máximo, oito negros misturados ao grupo.) Telles leu os livros, conheceu as pessoas (foi representante da



Na montagem, Telles e seu livro

Fundação Ford no Brasil) e é uma fera em demografia. Seu livro chega a machucar: "O caso brasileiro demonstra que a industrialização pode, na realidade, aumentar a desigualdade no topo da estrutura de classes". O progresso não diminuiu a disparidade de renda entre brancos e negros. Pelo contrário. Em 1960, a renda de um homem negro equivalia a 60% da renda do branco. Em 1976, no auge do milagre econômico, caíra para 36%. Em 1999, estava em 46%. Entre 1960 e 1999, a diferença absoluta na escolaridade dos jovens brancos em relação aos negros passou de 1,6 para 2,2 anos.

Telles tirou do Censo de 1991

uma chocante relação estatística: tomando-se negros e negras que têm irmãos ou irmãs brancas (com pais ou mães diferentes, entenda-se), vê-se que entre os 9 e os 16 anos a percentagem de jovens brancos que estavam nas séries escolares adequadas era superior à dos irmãos negros. A evasão escolar era maior entre os irmãos negros, e o aproveitamento era maior entre os irmãos brancos. Telles chega ao seu melhor momento num brilhante capítulo sobre as políticas de ação afirmativa. Ele defende um sistema de cotas para o acesso às universidades públicas. O professor compara números brasileiros e americanos de 1960 (quando começa-

ram as cotas nos EUA) e 1996. Em 1960, um branco americano tinha 3,1 vezes mais chances de se tornar um profissional liberal do que um negro. Passados 36 anos, suas chances caíram para 1,6. Em Pindorama, as chances do branco eram de 3,1 em 1960. Trinta e seis anos depois, elas aumentaram para 4 (4,8 para mulheres).

O argumento de Telles é simples: é lorota a história segundo a qual no Brasil há uma base de desigualdade social, mas não há racismo. É o racismo que desenha a base da desigualdade.

"Racismo à Brasileira" tem a marca das grandes obras: merece ser lido sobretudo por quem se dispõe a contrariá-lo.